

**ESTADO GERENCIALISTA E TRABALHO DOCENTE NOS SISTEMAS PÚBLICOS
MUNICIPAL E ESTADUAL DE JATAÍ – GOIÁS**

***ESTADO GERENCIALISTA Y TRABAJO DOCENTE EN LOS SISTEMAS PÚBLICOS
MUNICIPALES Y ESTADUALES DE JATAÍ – GOIÁS***

***MANAGERIAL STATE AND TEACHING WORK IN THE MUNICIPAL AND STATE
PUBLIC SYSTEMS OF JATAÍ – GOIÁS***



Ari RAIMANN¹

e-mail: raimann04@ufj.edu.br



Sandorlei Aparecido da SILVA²

e-mail: sandorleisilva@gmail.com

Como referenciar este artigo:

RAIMANN, A.; SILVA, S. A. da. Estado gerencialista e trabalho docente nos sistemas públicos municipal e estadual de Jataí – Goiás. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023147, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riace.v18i00.18834>



- | Submetido em: 15/08/2023
- | Revisões requeridas em: 07/10/2023
- | Aprovado em: 18/11/2023
- | Publicado em: 21/12/2023

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal de Jataí (UFJ), Jataí – GO – Brasil. Professor associado IV, atuando na Graduação e Pós-Graduação, Faculdade de Educação.

² Conselho Municipal de Educação (CME), Jataí – GO – Brasil. Presidente do CME, docente do sistema público municipal de Jataí, GO. Egresso do Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE.

RESUMO: O artigo analisa o trabalho docente no contexto do Estado Gerencialista nos sistemas públicos municipal e estadual de Jataí – Goiás. O texto resulta de pesquisa de campo, utilizando o Google Forms como instrumento de coleta de dados, junto a 50 docentes dos dois sistemas, incluindo coordenadores pedagógicos e gestores. A análise, de natureza qualitativa, foi feita com base no método do materialismo histórico-dialético. Como resultado, notou-se a ação reguladora e fiscalizadora do Estado gerencial, identificado na intensificação laboral, falta de estrutura de trabalho e exigência de produtividade.

PALAVRAS-CHAVE: Gerencialismo. Controle do trabalho docente. Sistema público de educação.

RESUMEN: El artículo analiza el trabajo docente en el contexto del Estado Gerencialista en los sistemas públicos municipales y estatales de Jataí – Goiás. El texto es el resultado de una investigación de campo, utilizando Google Forms como instrumento de recolección de datos, con 50 docentes de ambos sistemas, incluyendo coordinadores pedagógicos y gestores. El análisis, de carácter cualitativo, se basó en el método del materialismo histórico-dialéctico. Como resultado, se constató la acción reguladora y fiscalizadora del Estado gerencial, identificada en la intensificación del trabajo, la falta de estructura laboral y las demandas de productividad.

PALABRAS CLAVE: Gerencialismo. Control de la labor docente. Sistema público de educación.

ABSTRACT: The article analyzes the teaching work in the context of the Managerialist State in the municipal and state public systems of Jataí – Goiás. The text is the result of field research, using Google Forms as a data collection instrument, with 50 teachers from both systems, including pedagogical coordinators and managers. The analysis, of a qualitative nature, was based on the method of historical-dialectical materialism. As a result, the regulatory and supervisory action of the managerial State was noted, identified in the intensification of work, lack of work structure and productivity demands.

KEYWORDS: Managerialism. Control of the teaching work. Public education system.

Introdução

O estudo investigou o trabalho docente no contexto da Nova Gestão Pública do Estado Gerencialista. O Estado gerencial no Brasil, a partir de 1995, passou a aderir a princípios voltados à administração mercadológica, exigindo de seus servidores eficiência e eficácia na prestação de serviços, colocando-se como um agente fiscalizador e controlador ao determinar as formas de trabalho, enfatizando a cultura da avaliação, transparência, publicização de indicadores, performatividade, metas e maximização dos resultados (ALMEIDA; STELZENBERGER; GONÇALVES, 2012). Bresser Pereira (2017) observa que “governar é [...] aperfeiçoar constantemente o aparelho do Estado de forma a operar os serviços públicos com qualidade e eficiência — é tornar o Estado, estado gerencial.” (BRESSER PEREIRA, 2017, p. 149)

Percebe-se que, ao longo dos últimos anos, as políticas públicas educacionais resultaram da dinâmica de reestruturação do Estado, de cunho gerencial, baseadas no novo padrão de gestão pública, com forte influência do setor privado. A escola tornou-se palco de transformações que incorporaram novas formas de gestão, baseadas na reforma advinda em 1995 com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE). Tais mudanças nas formas de gestão escolar impuseram aos gestores a função de gerentes, o que por sua vez interferiu sobremaneira no trabalho docente, principalmente no sistema público (BRASIL, 1995).

Ao adotar o modelo gerencial, o Estado tornou-se uma organização flexível no quesito princípios econômicos, no entanto, acentuou seu caráter controlador. Neste sentido, Santiago e Lima (2011, p. 37) destacam:

Caracteriza-se o modelo gerencial como aquele que concentra graus elevados de eficiência e eficácia e produtividade, primando por normativas de desconcentração da produção, financiamento e oferta das políticas sociais e centralização de sua avaliação e controle.

Nesse contexto, a educação passou a ser analisada, considerando alterações e novas competências do Estado, que converteu os problemas e os desafios educacionais em questões de natureza administrativa, responsabilizando as instituições de ensino, eximindo-se de suas obrigações ao assumir o caráter de Estado gestor, exercendo rígido controle sobre os órgãos educacionais para o cumprimento de metas e calendários que alimentam um sistema de informações sobre desempenho educacional nas instituições. A qualidade da aprendizagem dos alunos passa para o segundo plano e a qualidade da instituição passa a ser prioridade. Tal movimento decorre de programas internacionais gestados a partir da perspectiva econômica,

pois já em 1990, os Organismos Multilaterais (OM) dedicavam grande esforço no sentido de estabelecer uma agenda educacional. A meta principal era educação básica para todos. Essa educação básica proposta, enfeitada nos documentos, estava longe de ser educação de qualidade socialmente referenciada. Tal perspectiva apontava para mudanças significativas no trabalho docente, com base nos princípios econômicos neoliberais (OLIVEIRA, 2009). Dizendo de outro modo, buscava-se a universalização da educação para atendimento ao desenvolvimento econômico e manutenção da divisão social do trabalho e não a universalização da aprendizagem com qualidade social. Como o próprio Bresser Pereira (2000, p. 12) observa:

Toda reforma do Estado implica em reforma institucional, que provoca mudanças substantivas na estrutura legal, organizacional, e nas políticas públicas. As reformas do Estado que alteram substancialmente a forma de funcionamento do aparelho do Estado merece ser chamadas reformas administrativas.

As adequações ao novo formato gerencialista nas redes públicas de ensino demonstram que as exigências impostas têm sido perseguidas no sentido de seu cumprimento, ao se observar no âmbito municipal a inserção de dados relativos à presença de alunos, transporte escolar, quantitativo de alunos e várias outras informações relativas ao desenvolvimento curricular. Já na esfera estadual, o controle se dá pela validação do planejamento de professores, pela frequência, por instrumentos avaliativos e por meio de programas específicos pelos quais o Estado atua sobre os servidores públicos em suas tarefas. Em nada é diferente no trabalho docente.

Diante de tais modificações, foi definida a questão: como se dá o trabalho docente no Estado gerencial nos sistemas públicos de educação municipal e estadual de Jataí? Ressalta-se que essas transformações promovidas pelo Estado gerencial intensificaram e proletarizaram o trabalho docente. Assim, para melhor exposição do assunto, recorreu-se a abordagem de natureza qualitativa, cujo referencial básico foi o materialismo histórico-dialético para a análise da realidade vivenciada.

Caracterização das instituições públicas municipais e estaduais de Jataí

Para a realização da investigação, foram escolhidas instituições municipais e estaduais do sistema público de Jataí – Goiás. Foram selecionadas oito escolas, sendo quatro municipais - duas no perímetro urbano e duas no perímetro rural - e quatro estaduais - duas no perímetro urbano e duas no perímetro rural. O critério de seleção de tais instituições foi baseado na localização geográfica para escolas urbanas municipais, e para escolha das instituições urbanas

estaduais levou-se em conta a maior e menor desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Tanto entre as escolas municipais, quanto entre as estaduais urbanas foi selecionada uma instituição na região central e outra em região periférica da cidade.

Como critério de seleção das escolas municipais rurais, optou-se por aquelas que têm a extensão da rede estadual funcionando no mesmo espaço. A escolha da instituição estadual rural foi feita considerando seu funcionamento em prédios públicos municipais na zonal rural, sendo uma localizada em um distrito e a outra em uma fazenda da região. Participaram da pesquisa professores, gestores e coordenadores pedagógicos vinculados aos sistemas como efetivos ou temporários. As instituições componentes desse estudo foram identificadas pelas seguintes nomenclaturas: EMEFU 1 e 2ⁱ; EMEFR 1 e 2ⁱⁱ; CEEFU 1 e 2ⁱⁱⁱ; CEEFR 1 e 2^{iv}.

Instituições municipais

As instituições municipais presentes na zona urbana e rural atuam nos turnos matutino e vespertino. A escola municipal de Ensino Fundamental urbana (EMEFU 1), oferece nas etapas iniciais o jardim I e II e nos anos iniciais do 1º ao 5º ano, atendendo cerca de 672 alunos. A escola possui quatorze salas de aula, quatro adaptadas em biblioteca, laboratório e sala de vídeo. A instituição não possui quadra poliesportiva e seu pátio não comporta suficientemente o total de alunos atendidos, ela está localizada numa das regiões periféricas da cidade.

A escola municipal de Ensino Fundamental urbana (EMEFU 2), atende um total de 482 alunos e oferta a comunidade a Educação Infantil nas etapas do Jardim II e Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, conta ainda com dez salas de aulas com boa estrutura física, estando localizada na região central da cidade.

Localizada em um povoado a escola municipal de Ensino Fundamental rural (EMEFR 1) atende 100 alunos no período matutino, oferta, nas etapas infantis, o jardim I e II, além de séries do 1º ao 5º ano. A escola possui dez salas de aula, quadra poliesportiva e biblioteca, ambos com boa estrutura. Nesta unidade, têm-se a extensão do colégio estadual (CEEFR 1).

A escola municipal de Ensino Fundamental Rural (EMEFR 2) localizada em um povoado na zona rural possui dezessete salas, todas com boa estrutura contendo: biblioteca, laboratório de informática, quadra poliesportiva e salas amplas. Atende a um total de sessenta e nove alunos, ofertando a Educação Infantil, nas etapas jardim I e II, e Ensino Fundamental nos anos iniciais de 1º ao 5º ano, atendendo a 69 alunos no período matutino.

As escolas situadas na zona rural contam com uma comunidade escolar simples, em que em sua grande maioria são filhos de trabalhadores do campo. No geral, as escolas possuem

estrutura básica para seu funcionamento, muito embora, ocorram casos de necessidade de melhorias nesses prédios públicos.

Instituições estaduais

Nas escolas pertencentes a rede estadual, optou-se por constituir o estudo em quatro instituições divididas em duas urbanas e duas rurais, sendo estas últimas extensão de escolas urbanas, tendo seu funcionamento em prédios municipais rurais. Essas instituições ofertam a população turmas do 6º aos 9º do Ensino Fundamental II e o Ensino Médio.

O Colégio Estadual de Ensino Fundamental Urbano (CEEFU 1) situado na zona periférica atende a 640 alunos distribuídos nos turnos matutino e vespertino, onde são ofertados o Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano e Ensino médio. O prédio conta com dez salas de aulas ambas com ar-condicionado, quadra poliesportiva, biblioteca e salas de informática. Esse colégio possui extensão na escola EMEFR 1, está localizado em um dos povoados do município e atende a um total de 99 alunos, ofertando o Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano e as séries do Ensino Médio.

O Colégio Estadual de Ensino Fundamental Urbano (CEEFU 2) atende 542 alunos nos turnos matutino e vespertino, Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano e as séries do Ensino Médio, e possui cinco salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e quadra poliesportiva, e está localizado na parte central da cidade. Essa instituição possui extensão na escola EMEFR 2 e atende no período matutino 56 alunos, divididos entre Ensino Fundamental II do 6º ao 9º ano e as séries do Ensino Médio.

Ao caracterizar as instituições selecionadas para comporem o estudo, objetivou-se aproximar o leitor mesmo que superficialmente do perfil de cada escola, evidenciando a distribuição tanto na região central quanto periférica urbana e ainda na zona rural, a fim de demonstrar a realidade de cada local, possibilitando identificar a atuação do Estado gerencial frente a capacidade de investimentos sociais em políticas públicas, visto que, o mesmo impõem a busca por eficiência e eficácia na prestação dos serviços.

Estado gerencialista e o trabalho docente

Para alcance dos objetivos propostos, a reforma utilizou-se do argumento de que o Estado havia perdido sua capacidade de prestar serviços condizentes com o interesse público, quanto à sua capacidade de administrar, afirmando para a sociedade que ele era ineficiente quanto a prestação de serviços.

A Nova Gestão Pública decorrente da Reforma do Estado foi defendida sob um dos principais argumentos, de que o Estado modernizado daria melhor resposta às demandas de serviço, além de se tornar mais econômico. Ou seja, produziria mais com menos. Esta resposta viria acompanhada de eficiência e eficácia. Bresser Pereira (2000, p. 12), já com a reforma em andamento, ao analisar aspectos da mesma, observou:

Toda reforma do Estado implica em reforma institucional, que provoca mudanças substantivas na estrutura legal, organizacional, e nas políticas públicas. As reformas do Estado que alteram substancialmente a forma de funcionamento do aparelho do Estado merece ser chamadas reformas administrativas.

Essas reformas afetaram o campo da educação visto que se insere no campo da administração pública. Consequentemente, o trabalho docente passa a ser alterado profundamente diante do Estado gerencial que assume um papel fiscalizador e regulador, cuja estratégia seja de coordenar processos de desenvolvimento competitivo para realização dos interesses das classes dominantes (MAUÉS, 2005, p. 1).

Entendendo o Estado como representante e articulador dos interesses privados, o Estado gerencialista passa a garantir mais poder ao setor privado que influenciará políticas e definições de planejamento, rumo e formas de avaliação da educação e, também, do trabalho docente. Neste sentido, para Marx e Engels, fica evidente que o Estado sempre atenderá aos caprichos e interesses capitalistas e:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade e, mais ainda, na vontade separada de sua base real [realen], na vontade livre. Do mesmo modo, o direito é reduzido novamente à lei (MARX; ENGELS, 2007, p. 76).

O Estado capitalista atua como instrumento de domínio de uma classe sobre as outras, com proteção velada da propriedade privada, com garantia dos meios produtivos através da exploração da classe trabalhadora, usurpada em seus direitos, que tem presenciado diversas mudanças e reformas na educação brasileira nas esferas federais, estaduais e municipais que, no discurso e nos documentos, viria para dar qualidade à educação e valorização dos professores. É o discurso de criação da falsa consciência.

Neste contexto, o papel do Estado foi redefinido, lidando de modo econômico em relação aos seus serviços prestados, implicando mudanças profundas na forma de trabalho em

todos os setores. O Estado passa a realizar o enxugamento da máquina, desresponsabilizando-se ao máximo, e impondo responsabilização individual a cada ente público. As escolas, e nelas os docentes, passam a viver nova realidade relativa à prestação de serviços. Bresser Pereira (2001, p. 25-26) evidencia alguns aspectos dessa mudança, ao afirmar que:

Esta forma de propriedade garante serviços sociais e científicos mais eficientes do que os realizados diretamente pelo Estado, e mais confiáveis do que os prestados por empresas privadas que visam ao lucro ao invés do interesse público. É mais confiável do que as empresas privadas porque, em áreas tão delicadas como a educação e a saúde, a busca do lucro é muito perigosa. É mais eficiente do que a de organizações estatais, porque pode dispensar dos controles burocráticos rígidos, na medida em que as atividades envolvidas são geralmente atividades competitivas, que podem ser controladas por resultados com relativa facilidade.

Com base nisso, constatou-se que serviços de educação cuja oferta era de responsabilidade exclusiva do Estado, deixaram de ser, cabendo ao Estado contratar serviços junto ao setor privado, tais como: sistemas de gerenciamento, softwares, modelos de avaliação, sistemas de gestão, acompanhar a oferta e controlar os resultados. Nesse contexto, foram operadas mudanças nas formas da organização e de gestão da escola e do trabalho docente; desregulamentação das relações sociais de produção; combate à organização sindical; terceirização da força de trabalho e aumento do trabalho informal, transformações na relação do servidor com o seu trabalho, e o servidor passou a ter metas supraumentada e objetivos ampliados a serem alcançados, sem, no entanto, ter seu salário aumentado (SAVIANI, 2007).

Ainda sobre as imposições do Estado gerencialista, a escola passou a priorizar a produção dos agentes visando à promoção de um trabalhador apto aos novos moldes do capitalismo, assim a autonomia da escola foi limitada, atendendo aos interesses dos exploradores da força de trabalho, ou seja, a escola passou a depender da economia e do mercado se integrando ao mundo da produção.

Arroyo (2003) destaca que o professor não tem mais o domínio de seu trabalho e de sua qualificação, e tomar decisões relativas a práticas educacionais não são de sua competência, mas, de outras instâncias educacionais. O docente é desapropriado de seu saber, tornando-se uma máquina de produção, com a finalidade de atendimento ao Estado gestor, o qual não tem interesse na qualidade do ensino.

Para Marx (2013), o modo de produção do Estado gestor sobre influência do capitalismo revela a lógica com a qual opera o sistema e a complexidade da sua reprodução. Seguindo essa vertente, observa-se que,

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado. O que do lado do trabalhador aparecia sob a forma do movimento, agora se manifesta, do lado do produto, como qualidade imóvel, na forma do ser. Ele fiou, e o produto é um fio [Gespinst] (MARX, 2013, p. 330-331).

Segundo essa lógica, o trabalho docente passa a ser o centro de análise levando-se em conta a relação entre Estado gerencialista e o desenvolvimento de habilidades, competências e comportamento dentro dos sistemas públicos municipais e estaduais. Marx (2007) considera alienação o fato de o homem gerar riquezas pela sua exploração, por este não ter os meios de produção, mas, em contraposição, vender a mão-de-obra para os que detêm os meios de produção capitalista. Tal situação gera mais-valia aos donos do capital, considerando o trabalho como produtivo, ao passo que, se exigido maior desempenho e este não produzir valor de uso, seu esforço é considerado trabalho improdutivo e com baixa valorização para o capitalismo. Assim, o trabalho docente deixou de ser voltado ao processo de humanização, sendo desprestigiado. O trabalho foi ampliado, a força de mão de obra superexplorada e o valor do trabalho desvalorizado

Para Garcia, Hypólito e Vieira (2005) a perspectiva dos docentes vai além da sala de aula para alcançar o contexto social mais amplo da educação. Ou seja, a prioridade precisa ser determinada pela demanda social e não por interesses da classe burguesa. Esta reforma, contudo, apresenta evidentes traços dos interesses econômicos e do poder da classe dominante. Na mesma linha, Maués (2005, p.1) destaca:

Essas reformas evidenciaram a necessidade de adequação do serviço às novas exigências profissionais advindas das inovações tecnológicas e da consequente mudança no mundo do trabalho, tendo em vista no bojo dessa reforma, que a educação é classificada como um serviço não exclusivo do Estado.

Desse modo, se torna um Estado gestor, avaliador, regulador e prestador de serviços, sendo apenas um fornecedor de serviços ao cidadão, que passa a ser visto como cliente. Evidencia-se que o modelo gerencial é um modelo que procura ser mais flexível em alguns aspectos, descentralizando decisões, descentralizando ações que podem experienciar determinado grau de autonomia entre os entes federados. No entanto, concentra o poder de

decisão sobre controles e avaliações, elementos fundamentais de verificação de princípios de eficiência e eficácia.

Análise e discussão

A pesquisa buscou discutir e analisar o trabalho docente sob influência do Estado gerencial nas instituições públicas de educação de Jataí – Goiás, por meio do questionário disponibilizado pelo Google Forms, enviado aos professores, gestores e coordenadores municipais e estaduais das escolas escolhidas no município. Por meio de uma pesquisa exploratória, interpretou-se os dados coletados, numa perspectiva comparativa, entre a rede municipal e a estadual, da região urbana e rural do município.

Foram enviadas às instituições participantes as instruções relativas ao questionário, e exposto o objetivo da pesquisa. O formulário eletrônico foi composto por doze (12) questões abertas. A devolutiva dos docentes ocorreu entre os meses de novembro de 2020 e janeiro de 2021.

Os dados coletados foram analisados com base no referencial teórico do materialismo-histórico-dialético. Procurou-se trazer a compreensão dos docentes sobre o seu trabalho, destacando a materialidade, visando identificar os desafios impostos aos professores. Os participantes desta pesquisa, foram identificados pelas nomenclaturas, para a rede municipal PMU^v; PMR^{vi}; CMU^{vii}; GMU^{viii}; GMR^{ix}, para a rede estadual PEU^x; PER^{xi}; CER^{xii}; GEU^{xiii}, ao total trinta e sete (37) professores, cinco (5) gestores e dois (2) coordenadores, em sua grande maioria profissionais da rede estadual urbana com regime de trabalho temporário responderam ao questionário.

Foi perguntado aos participantes sobre quais os maiores desafios enfrentados atualmente na função que exercem. Os docentes, ao relatarem as condições de trabalho, deixaram claro que o Estado intensificou o trabalho ainda mais nesse período, embora parecendo que não. É nítida a percepção dos professores sobre a desvalorização docente, sobre proletarização e a mercantilização da educação. “*Falta de servidores, falta de espaços específicos na escola que influenciam na aprendizagem da criança, falta de interesse dos pais*”. (GMU1). Nesta linha, GMU2 destaca: “*poucos recursos e falta de profissional para cada função*”. Por sua vez, CMU1 enfatiza “*a grande rotatividade de professores*”, indicando trocas rotineiras que atrapalham muito o trabalho coletivo e sobrecarregam docentes mais experientes na instituição. Ora, tais observações soam como denúncia de que

o movimento que ocorre no interior dos sistemas resulta de fatores produzidos pela Nova Gestão Pública do Estado Gerencial, principalmente a sobrecarga de trabalho e a falta de servidores. Em nome da economia, o Estado corta recursos, afetando diretamente o trabalho docente e, por tabela, a aprendizagem.

Quando perguntados se observaram mudanças na carreira do magistério, em período recente pelas respostas dadas, verifica-se que houve grandes alterações no sistema municipal e no sistema estadual desde o início da docência dos professores respondentes, ou seja, o Estado Gerencial vem operando mudanças constantemente, sem preocupação com o desenvolvimento de projetos de melhoria da qualidade nas escolas que demandem ações de colaboração e vivências coletivas. Tal fato pode ser confirmado na fala do participante GMR1, ao destacar que houve *“mais exigências por parte do governo.”*. Leia-se: mais trabalho, mais responsabilidades sobre cada um, intensificando o trabalho. Segundo PEU5, é possível pensar *“que o professor na atualidade tem muitas atribuições que vão além do conduzir o aprendizado.”*.

Outros docentes destacam que os professores atualmente têm *“carga de trabalho dobrada para garantir salário melhor.”* (PMU5). Sobre tal observação é preciso considerar que no Estado gestor, docentes precisam trabalhar até mesmo em duas escolas em um turno, trabalhando dois ou três horários em um turno e outros dois horários em outra escola, repetindo-se o *“corre-corre”* no turno inverso. Alguns atuam no município e no Estado. Para GEU1, está ocorrendo *“desvalorização da educação”*. Por outro, GMR1 assegura que está havendo *“mais exigências por parte do governo.”*. Com isso, fica evidente o modelo imposto ao trabalho docente atual. Segundo Oliveira (2006), *“podemos observar a intensificação do trabalho docente resultante de ampliação da jornada de trabalho e do aumento considerável de responsabilidades que os docentes tiveram com as reformas mais recentes.”*.

Devido ao volume de atividades, houve uma extrapolação na jornada de trabalho, em que se observou a acumulação de tarefas que exigem dos profissionais que atividades sejam realizadas em casa, especialmente nos finais de semana, para além do planejamento de aula. Assim, professores, coordenadores e gestores desempenham funções além daquelas já costumeiras. Isso tem implicações na vida de muitos, gerando *“acúmulo de funções, devido à falta de profissional para ocupar tais funções.”* (GMU1). PMU1, por sua vez, destaca que *“muita função burocrática como controlar frequência no sistema da plataforma, preenchimento de diário.”* foi imposta aos docentes. PMR3 é da opinião de que *“como em*

qualquer escola pública, passamos a ser assistenciais, visto que, se passou a compreender que as questões emocionais, familiares, de saúde influenciam na vontade de estudar”.

Demonstrando profunda alienação, a seguinte opinião parece ser representativa de muitas vozes *“não acho que desenvolvo alguma função que me traz prejuízo! Tenho compromisso com meu trabalho”* (PEU17). PER3 enfatiza: *“nada que você faça para o aluno aprender, estratégias, são [trabalho]a mais ou sobrecarga. É aprendido.”*. Em sentido geral, maior criticidade foi relatada por parte de professores municipais, indiferente se alocados na zona urbana ou rural. Já na rede estadual o posicionamento considera a não existência de excesso, conformismo e alienação de acordo com o conceito de Marx (2013), uma vez que a maioria dos servidores estaduais afirma que nenhum trabalho extra dificulta a relação docência nos moldes da reforma do Estado em andamento.

Diante da pergunta se haveria rigidez e cobranças quanto ao desenvolvimento do trabalho sob o controle gerencialista, os respondentes declararam: *“a cobrança está cada vez maior e o respaldo cada vez menor.”* (PEU10). Segundo PEU19, há *“excesso de cobrança em relação à aprendizagem dos alunos, de avaliações, novas maneiras de ensinar”*. PEU11 destaca que *“as cobranças estão aumentando a cada ano.”* Embora não especifiquem o tipo de cobrança, é possível inferir, pelas observações anteriores, que no geral houve aumento de trabalho, sem a devida compensação salarial ou de alguma vantagem para o docente. Algumas observações dizem respeito aos sistemas de avaliação, aos softwares de registro, aos programas de gestão. PMR1, por exemplo, especifica que *“de certa forma há mais cobrança nos resultados de avaliações externas.”*; *“em alguns períodos, onde muitas das vezes não temos autonomia para executar os planos, ficamos por conta apenas de avaliações externas e outros projetos.”* (PER7). Dentre os aspectos relatados alguns profissionais mencionaram o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) como desafio, quando obrigados a adaptar suas aulas aos métodos de aulas remotas, segundo formatos definidos unilateralmente, sem que os docentes pudessem opinar. Freitas *et al.* (2011) asseguram que o gerencialismo, modelo de Estado avaliador ou a governança por resultados, valoriza a eficácia dissociada de seus fins. Dizendo de outro modo, o que importa é o uso de tecnologias, o resto é sorte na aprendizagem.

A desvalorização do trabalhador é notória e com relação às remunerações, pode ser constatado o grau de insatisfação dos servidores. Sobre os rendimentos mensais, professores municipais e estaduais se mostraram muito insatisfeitos. *“O salário da coordenação é bem inferior. É um trabalho, praticamente igual o (sic) da sala de aula.”* (CMU1). Já para GMR1,

“devido a tantas atividades extras, deveria ser melhor [o salário]”. PER1 afirma: “comparado a meu nível de aperfeiçoamento e a carga horária não estou satisfeita”. PEU10 lembra que “é muito trabalho para uma remuneração insuficiente. O Estado de Goiás não paga nem o piso salarial.” A insatisfação dos docentes, principalmente da rede estadual, se deve às mudanças nos vencimentos e redução no percentual de gratificações dos professores, mesmo alguns sendo mestres e/ou doutores. A verticalidade implantada pela reforma foi um dos pontos controversos que não foram considerados pelos reformadores.

A esse respeito, em relação ao tempo que precisa ser dedicado à formação continuada, ao lazer em família ou à preparação de aulas, alguns professores responderam positivamente. GMU2: “a situação às vezes é conturbada, mas tenho conseguido me adaptar à realidade”. CMU1 destaca que, “na medida do possível, sim.”. Outros participantes responderam: “De jeito nenhum! Faz tempo não consigo escrever um artigo e nem estudar.” (PMU1). Destaca também PMR2: “o tempo é muito corrido! Acaba que às vezes nos privamos de algumas coisas, por falta de tempo”. Já PMR3, parece nem compreender bem a situação: “na medida do possível e das necessidades”. Este parece ter condições de separar algum tempo investir em sua formação continuada, mesmo com o tempo escasso. No atual modelo educativo, exigido pelo Estado gerencial, o docente precisa ter equilíbrio para conseguir investir em sua formação continuada. Muito mais difícil é conseguir tempo para o lazer em família e para o descanso.

Outros docentes lembraram que há outras questões que implicam no trabalho docente, tais como “falta de recursos didáticos, infraestrutura” (PER7); “poucos recursos tecnológicos” (PER9). “Ainda são poucos os investimentos, na escola, por exemplo, não temos uma boa biblioteca, nem quadra coberta, nem laboratório de informática”, destaca PMR1. PER8 acentua que “as aulas on-line são cansativas”, referindo-se ao tempo da pandemia do Covid-19.

Diante de tantos elementos impeditivos de um trabalho de qualidade, com qualidade de vida, realização pessoal e valorização docente, decorrentes do modo de gestão do Estado gerencialista, há ainda realidade que pode ser considerada inusitada, tal qual a observada por PER1: “A sala em que ministrei aula fui eu que reformei”. Outros docentes relatam a escassez de recursos, que optam por utilizarem recursos próprios ou doados por alunos, devido à falta material de apoio. Trabalhar por metas foi considerado positivo para CMU1, que opinou: “tudo tem que ter um objetivo para que possamos seguir em frente”. Na mesma linha de pensamento, observa GMU2: “o trabalho é para ser cumprido, de acordo com as orientações de diversos

órgãos. BNCC, SME, são exemplos.”; “Penso que ter metas e objetivos nos faz ficar no trabalho e buscar por melhorias sempre.” (PMU5). Ao contrário, para PMR3: “as metas são para o governo, publicidade, patrocinadores, mas não são o norte do meu trabalho”. Colaborando com esse raciocínio, PER7 diz que “as metas devem ser de acordo com a realidade da escola. Por exemplo, a zona rural é outra realidade”. As opiniões positivas parecem expressar o processo de cooptação do profissional da educação pelo Estado gerencialista.

O Estado gerencial promove a responsabilização individual e cobra prestação de contas dos profissionais de modo intenso. Ball (2001, p. 109) observa a esse respeito:

O espectro e a complexibilidade destas reformas são impressionantes. Elas “costuram” um conjunto de políticas tecnológicas que relacionam mercados com gestão, com performatividade e com transformações na natureza do próprio Estado. É importante dizer que, ver estes processos de reforma como simplesmente uma estratégia de desregulação, é interpretá-las erroneamente.

Esses controles deixam claro a mercantilização da educação, e se constituem como mecanismos de controle e submissão. Quando questionado sobre os participantes saberem do que se tratava o Estado gerencialista, não se obteve respostas, pois como critério poderiam responder ou não a todas as questões. Devido a isso, acredita-se que é fundamental o rompimento dos moldes unificados, a fim de que os docentes retomem a sua condição de autonomia no processo educacional e deixem de conviver com a instabilidade e precariedade de trabalho.

Nessa perspectiva, Marx sintetiza que:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2013, p. 335).

Portanto, o trabalho é o instrumento pelo qual o homem transforma a natureza buscando suprir suas necessidades e constituindo-se historicamente. É pelo trabalho que estabelece relações sociais de produção (MARX, 2013). Com base nas análises, pode-se inferir que são muitos desafios postos aos docentes nos sistemas públicos municipal e estadual de Jataí – Goiás, sob o Estado gerencialista e que a prioridade estabelecida é o atendimento ao capitalismo e não

ao trabalhador. Ao contrário, a intensificação do trabalho, o controle ampliado do trabalhador e a cobrança por resultados torna-se algo naturalizado na Nova Gestão Pública.

Considerações finais

O objetivo do texto era analisar o trabalho docente no contexto do Estado Gerencialista nos sistemas públicos municipal e estadual de Jataí – Goiás. No decorrer do texto nos ocupamos dessa questão fundamental, uma vez que não encontramos investigação sobre esse objeto em específico.

Desenvolvidos os objetivos específicos, verificamos que, embora compreendam a condição de alienação, os docentes se veem obrigados a atuar de qualquer modo, sob o controle do Estado gerencialista. Quando traçado um paralelo da realidade de trabalho na zona urbana e rural sob a gestão, tanto do Estado quanto do município, verificou-se uma variedade de opiniões sobre a dinâmica de trabalho nesse contexto. Porém, maior criticidade quanto às condições de trabalho e suas formas foram reportadas por servidores municipais efetivos, enquanto entre os servidores estaduais notou-se menor posicionamento crítico relativo à Nova Gestão Pública visto que a maioria de seus componentes era formada de servidores temporários que se sentiam coagidos ao trabalho não crítico e meramente técnico.

Observou-se, no contexto geral, fortes e sistemáticas exigências aos servidores da educação por parte do governo, que busca fundamentalmente resultados técnicos e econômicos, em detrimento de resultados vinculados à melhor aprendizagem dos alunos. Além disso, é necessário registrar que a estrutura física é precária em muitos casos, assim como há acentuada limitação de servidores, falta de recursos financeiros e materiais de ensino.

Ademais, fica evidente que o Estado gerencialista reduz substancialmente a função do docente, tornando o professor um executor de tarefas, contratando profissionais temporários, com salários mais baixos e em condições de superexploração da força de trabalho. É notória a intensa desvalorização docente, a proletarianização e mercantilização do trabalho nos sistemas públicos municipal e estadual de Jataí – Goiás, nas zonas urbanas e rurais, espelhando grande parte da realidade brasileira. E isso se manifesta na determinação de novas tarefas, em condições objetivas muito desfavoráveis.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria das Graças. Nóbrega; STELZENBERGER, Liliane; GONÇALVES, Margarida Maria Dias Monteiro. O modelo gerencialista e a prática docente. **Faculdades Cearenses em Revista**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 1-13, 2012. Disponível em: <http://ww2.faculdadescearenses.edu.br/revista2/index.php/representantes/vol-6-n-2-2012/27-o-modelo-gerencialista-e-a-pratica-docente>. Acesso em: 15 jun. 2022.
- ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos movimentos sociais. **Currículo sem fronteiras**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003. Disponível em: <https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2003/vol3/no1/3.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BALL, Stephen. Joseph. Diretrizes Políticas Globais e Relações Políticas Locais em Educação. In: **Currículo sem Fronteiras**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 99-116, jul./dez. 2001. Disponível em: <https://gestaoeducacaoespecial.ufes.br/sites/gestaoeducacaoespecial.ufes.br/files/field/anexo/ball.pdf>. Acesso em: 18 ago.2022.
- BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Aprovado pela Câmara da Reforma do Estado, em 21 de setembro de 1995. Brasília, DF: Presidência da República, 1995. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.
- BRESSER PEREIRA, Luis. Carlos. A reforma gerencial do Estado de 1995. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 34, n. 4, p. 7-26, 2000. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6289>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BRESSER PEREIRA, Luis. Carlos. Do Estado patrimonial ao gerencial. **Letras**, [S. l.], v. 222, p. 259, 2001. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.
- BRESSER PEREIRA, Luis. Carlos. Reforma gerencial e legitimação do estado social. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, p. 147-156, fev. 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122017000100147&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 19 out. 2021.
- FREITAS, Luiz Carlos et.al. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GARCIA, Maria Manuela Alves; HYPOLITO, Álvaro Moreira; VIEIRA, Jarbas. Santos. As identidades docentes como fabricação da docência. **Revista Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 31, n. 1, p. 45-56, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/h98PzLy4947pWTcYgFpNL7P/?lang=pt>. Acesso em: 03 maio 2022.
- MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã**. 3. ed. [S. l.]: Editora Boitempo, 2007.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: **Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução de Rubens Enderle. 1. ed. [S. l.]: Editora Boitempo, 2013. v. 1.

MAUÉS, Olgaíses. Cabral. O trabalho docente no contexto das reformas. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. **Anais [...]**. [S. l.]: ANPED, 2005. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05-433-int.pdf>. Acesso em: 17 maio 2022.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade. Regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes. **Educação em Revista**, [S. l.], n. 44, p. 209-227, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/PBxVTPKfBjQgNKH6GVn34ym/?lang=pt>. Acesso em: 20 maio 2022.

OLIVEIRA, Dalila. Andrade. Política educativa, crise da escola e a promoção de justiça social. In: FERREIRA, E. B.; OLIVEIRA, D. (org.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SANTIAGO, Sandra. Helena. Moreira; LIMA, Antonio. Bosco de. Reforma do Estado e controle avaliativo. In: LIMA, A. B. (org.). **Estado e controle social no Brasil**. [S. l.]: EDUFU, 2011. p. 37-60.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [S. l.], v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012. Acesso em: 15 jun. 2021.

CRedit Author Statement

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Não aplicável

Conflitos de interesse: Não aplicável.

Aprovação ética: O trabalho respeitou o Comitê de Ética em Pesquisa da UFJ, tendo parecer aprovado.

Disponibilidade de dados e material: Não aplicável.

Contribuições dos autores: Os dois autores se envolveram na produção do texto, sem destaque específico.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.

Revisão, formatação, normalização e tradução.



ⁱ Escola Municipal de Ensino Fundamental Urbano (EMEFU)

ⁱⁱ Escola Municipal de Ensino Fundamental Rural (EMEFR).

ⁱⁱⁱ Colégio Estadual de Ensino Fundamental Urbano (CEEFU)

^{iv} Colégio Estadual de Ensino Fundamental Rural (CEEFR).

^v (PMU) Professor Municipal Urbano.

^{vi} (PMR) Professor Municipal Rural.

^{vii} (CMU) Coordenador Municipal Urbano.

^{viii} (GMU) Gestor Municipal Urbano

^{ix} (GMR) Gestor Municipal Rural.

^x (PEU) Professor Estadual Urbano.

^{xi} (PER) Professor Estadual Rural.

^{xii} (CER) Coordenador Estadual Rural.

^{xiii} (GEU) Gestor Estadual Urbano.